

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 07 de Maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 069/2019

Conselheiro Relator: **Divalmo Pereira Mendonça**

Recorrente: **ITAÚ UNIBANCO**

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Recurso De Ofício nº: 008.092/2017-1 de 31/07/2017

Notificação Auto de Infração – Multa nº 798/2017 – SMF - Valor: R\$ 124.958,46

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN. NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO – NAI nº 798/2017. LAVRATURA DA NAI EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NACIONAL E LOCAL VIGENTE. (ART.142-CTN, ARTS.95 E 97-CTM). MULTA. CARÁTER NÃO CONFISCATÓRIO. PRINCÍPIO DE AUTOTUTELA. RECURSO PROVIDO. NAI INSUBSISTENTE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e prover** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela insubsistência da NAI nº 798/2017, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Filipe André Batista do N. Sanches; 2. Roberto Carloni de Assis; 3. Dauto Barbosa Castro Passare; 4. Samuel Barrem da Silva; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros;

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 07 de Maio de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Divalmo Pereira Mendonça
Conselheiro Relator

Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

SEFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 08 de Maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 070/2019

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Júnior*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.108.275/2018-1 de 16/10/2018

Auto de Infração de Transporte nº 1163 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

EMENTA: LEIS DE TRANSPORTE PÚBLICO– LEI Nº 5766/13 – ART 2º, ANEXO I, GRUPO III, “E”; “Art. 2º As penalidades pecuniárias a serem aplicadas no transporte coletivo e transporte alternativo de Cuiabá serão de acordo com as infrações discriminadas nos Grupos de I, II, III, IV, V, VI, VII do Anexo I e, em caso de reincidência, obedecerão ao constante do Anexo II. As infrações do Grupo III serão punidas com multas no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); Descumprir horário de viagem ou itinerário conforme estabelecido nas Ordens de Serviço de Operação por Linha.”. RECURSO DE OFÍCIO – DECISÃO II TURMA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS – AUTO DE INFRAÇÃO N. 1163.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por minoração de votos**, em **conhecer e prover** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Andre Santos Castro; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis.

Cuiabá, 08 de Maio de 2.019

João Tito S Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Jaime Marcelino Ferreira Junior
Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 08 de Maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 071/2019

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Júnior*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.108.283/2018-1 de 16/10/2018

Auto de Infração de Transporte nº 71881 - SEMOB - Valor: R\$ 1.000,00

EMENTA

EMENTA: LEIS DE TRANSPORTE PÚBLICO– RECURSO DE OFÍCIO – DECISÃO II TURMA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS – AUTO DE INFRAÇÃO N. 71881– PROCEDÊNCIA. Lei 5766/2013; artigo 1º inciso II, cc anexo I, Grupo VIII, código A. Colocar em operação ônibus que não apresente condições de segurança.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. André Santos Castro; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 08 de Maio de 2.019

João Tito S Cademartori Neto

Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Jaime Marcelino Ferreira Júnior

Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 08 de Maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 072/2019

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Júnior*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.108.272/2018-1 de 16/10/2018

Auto de Infração de Transporte nº 71640 - SEMOB - Valor: R\$ 50 UFIR's

EMENTA

EMENTA: LEIS DE TRANSPORTE PÚBLICO– RECURSO DE OFÍCIO – DECISÃO II TURMA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS – AUTO DE INFRAÇÃO N. 71640– PROCEDÊNCIA. Lei 4406 de 2003; artigo 1º c/c art 2º. DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO ITINERÁRIO DAS LINHAS NAS LATERAIS DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. André Santos Castro; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 08 de Maio de 2.019

João Tito S. Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Jaime Marcelino Ferreira Júnior
Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 08 de Maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 073/2019

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Júnior*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.108.274/2018-1 de 16/10/2018

Auto de Infração de Transporte nº 71635 - SEMOB - Valor: R\$ 50 UFIR's

EMENTA

EMENTA: LEIS DE TRANSPORTE PÚBLICO– RECURSO DE OFÍCIO – DECISÃO II TURMA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS – AUTO DE INFRAÇÃO N. 71635– PROCEDÊNCIA. Lei 4406 de 2003; artigo 1º c/c art 2º. DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO ITINERÁRIO DAS LINHAS NAS LATERAIS DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. André Santos Castro; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis.

Cuiabá, 08 de Maio de 2.019

João Tito S Cademartori Neto

Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Jaime Marcelino Ferreira Junior

Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 14 de maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 073A/2019

Conselheiro Relator: *Roberto Carloni de Assis*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 0117.492/2018 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 71849/2018 – SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Transitar com itinerário lateral inoperante. Não atendimento as regras impostas ao Serviço de Transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, da Lei de nº 4.406/2003. Penalidade aplicada nos termos do artigo 3º da mesma norma. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Alegação genérica rejeitada. Aplicação da prevalência da norma especial sobre a geral, princípio da Especialidade. Enquadramento correto. Manutenção do auto de infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

- 1- Presunção de legitimidade e veracidade.
- 2- Garantia do contraditório e ampla defesa.
- 3- Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
- 4- Recorrente não trouxe aos autos provas e nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
- 5- Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
- 6- Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
- 7- Decisão de 1ª Instância Administrativa que declarou valido e subsistente o auto de infração

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71849/2018, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Roberto Minoru Ossotani; 2. Filipe André Batista do N. Sanches; 3. Nicolau Jorge Budib; 4. Divalmo Pereira Mendonça; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros e 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 14 de maio de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares
Presidente de Turma

Roberto Carloni de Assis
Conselheiro Relator

Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 14 de maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 074/2019

Conselheiro Relator: *Roberto Carloni de Assis*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 0117.498/2018 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 71647/2018 – SEMOB – Valor: R\$ 5.000,00

EMENTA

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO DE TRANSPORTE COLETIVO EXERCIDO POR CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. MULTA ADMINISTRATIVA. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA RESPEITADOS. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA. Empresa de Transporte coletivo que operar com plataforma elevatória de embarque defeituosa infringe a legislação viabiliza a aplicação da penalidade através da lavratura de auto de infração de acordo com as disposições legais. A ausência de provas a assegurar o argumento de defesa, colabora para a presunção de legitimidade dos autos administrativo, mantendo-se a multa aplicada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71647/2018, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Roberto Minoru Ossotani; 2. Filipe André Batista do N. Sanches; 3. Nicolau Jorge Budib; 4. Divalmo Pereira Mendonça; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros e 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 14 de maio de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares
Presidente de Turma

Roberto Carloni de Assis
Conselho Relator

Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 14 de maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 075/2019

Conselheiro Relator: *Roberto Carloni de Assis*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 0117.514/2018 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 71485/2018 – SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Transitar com itinerário lateral inoperante. Não atendimento as regras impostas ao Serviço de Transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, da Lei de nº 4.406/2003. Penalidade aplicada nos termos do artigo 3º da mesma norma. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Alegação genérica rejeitada. Aplicação da prevalência da norma especial sobre a geral, princípio da Especialidade. Enquadramento correto. Manutenção do auto de infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

- 8- Presunção de legitimidade e veracidade.
- 9- Garantia do contraditório e ampla defesa.
- 10- Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
- 11- Recorrente não trouxe aos autos provas e nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
- 12- Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
- 13- Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
- 14- Decisão de 1ª Instância Administrativa que declarou valido e subsistente o auto de infração

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71485/2018, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Roberto Minoru Ossotani; 2. Filipe André Batista do N. Sanches; 3. Nicolau Jorge Budib; 4. Divalmo Pereira Mendonça; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros e 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 14 de maio de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares

Presidente de Turma

Roberto Carloni de Assis

Conselheiro Relator

Edilson Rosendo da Silva

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 15 de Maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 076/2019

Conselheiro Relator: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: BANCO ITAÚ S/A

Recorrido: Prefeitura Municipal de Fazenda – SMF

Recurso de Ofício nº: 0.091.371/2017-1 de 17/08/2017

Notificação Auto de Infração - Multa nº 1.113/2017 - SMF - Valor: R\$ 72.076,58

EMENTA

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO ISSQN E PROCESSUAL CÍVEL – RECURSO DE OFÍCIO – DUPLICIDADE DE LANÇAMENTO – CONFIRMAÇÃO PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL – PRTOCEDÊNCIA. RECURSO PROVIDO E CONSEQUENTE INSUBSISTÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 1.113/2017.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela insubsistência da NAI nº 1.113/2017, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 2. André Santos Castro; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 15 de Maio de 2.019

João Tito S Cademartori Neto

Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Benedita Madaleno da Costa

Conselheiro relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 21 de Maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 077/2019

Conselheiro Relator: **Vitor de Oliveira Tavares**

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá- SEMOB

Recurso Voluntário nº: 117.518/2018-1 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 71483/2018 – SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. MULTA EM VIRTUDE DE DESCUMPRIMENTO DO DEVER IMPOSTO PELA LEI MUNICIPAL Nº 4406/2003. AUSÊNCIA DE PLACA LATERAL COM OS NOMES DAS PRINCIPAIS VIAS (LOGRADOUROS) DO ITINERÁRIO. PREVALÊNCIA DA LEI ESPECIAL SOBRE A NORMA GERAL. AUSÊNCIA DE PROVAS DE QUE O VEÍCULO AUTUADO POSSUI PLACA DE ITINERÁRIO EM LED.

Sendo constatada a ausência de placa lateral de itinerário é correta a aplicação da penalidade prevista pelo art. 3º da Lei 4.406/2003, na medida a Lei é específica para tipificar a penalidade decorrente de tal omissão, razão pela qual as multas prevalecem sobre as penalidades previstas pela Lei Municipal nº 5.766/2013.

No que concerne na alegação de que o modelo do veículo autuado possui placas frontais e laterais de LED onde é exposto o itinerário, em que pese a argumentação ser relevante, não há nenhuma prova produzida nos autos nesse sentido, razão pela qual não há como este Conselho de Contribuintes atestar a veracidade das alegações.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71483, ratificando a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5. Dauto Barbosa Castro Passare; e 6. Roberto Carloni de Assis.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emilio Magalhães

Cuiabá, 21 de Maio de 2.019

Helenise A. Lara de Souza Ferreira
Presidente em Exercício
Conselho de Recursos Fiscais

Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator

Paulo Emilio Magalhães
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 21 de Maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 078/2019

Conselheiro Relator: **Vitor de Oliveira Tavares**

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá- SEMOB

Recurso Voluntário nº: 117.495/2018-1 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 71490/2018 – SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. MULTA EM VIRTUDE DE DESCUMPRIMENTO DO DEVER IMPOSTO PELA LEI MUNICIPAL Nº 4406/2003. AUSÊNCIA DE PLACA LATERAL COM OS NOMES DAS PRINCIPAIS VIAS (LOGRADOUROS) DO ITINERÁRIO. PREVALÊNCIA DA LEI ESPECIAL SOBRE A NORMA GERAL. AUSÊNCIA DSE PROVAS DE QUE O VEÍCULO AUTUADO POSSUI PLACA DE ITINERÁRIO EM LED.

Sendo constatada a ausência de placa lateral de itinerário é correta a aplicação da penalidade prevista pelo art. 3º da Lei 4.406/2003, na medida a Lei é específica para tipificar a penalidade decorrente de tal omissão, razão pela qual as multas prevalecem sobre as penalidades previstas pela Lei Municipal nº 5.766/2013.

No que concerne na alegação de que o modelo do veículo autuado possui placas frontais e laterais de LED onde é exposto o itinerário, em que pese a argumentação ser relevante, não há nenhuma prova produzida nos autos nesse sentido, razão pela qual não há como este Conselho de Contribuintes atestar a veracidade das alegações.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Presidente em exercício Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71490, ratificando a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5. Dauto Barbosa Castro Passare; e 6. Roberto Carloni de Assis.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emilio Magalhães

Cuiabá, 21 de Maio de 2.019

Helenise A. Lara de Souza Ferreira
Presidente em Exercício
Conselho de Recursos Fiscais

Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator

Paulo Emilio Magalhães

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 21 de Maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 079/2019

Conselheiro Relator: **Vitor de Oliveira Tavares**

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá- SEMOB

Recurso Voluntário nº: 117.500/2018-1 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 71492/2018 – SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. MULTA EM VIRTUDE DE DESCUMPRIMENTO DO DEVER IMPOSTO PELA LEI MUNICIPAL Nº 4406/2003. AUSÊNCIA DE PLACA LATERAL COM OS NOMES DAS PRINCIPAIS VIAS (LOGRADOUROS) DO ITINERÁRIO. PREVALÊNCIA DA LEI ESPECIAL SOBRE A NORMA GERAL. AUSÊNCIA DE PROVAS DE QUE O VEÍCULO AUTUADO POSSUI PLACA DE ITINERÁRIO EM LED.

Sendo constatada a ausência de placa lateral de itinerário é correta a aplicação da penalidade prevista pelo art. 3º da Lei 4.406/2003, na medida a Lei é específica para tipificar a penalidade decorrente de tal omissão, razão pela qual as multas prevalecem sobre as penalidades previstas pela Lei Municipal nº 5.766/2013.

No que concerne na alegação de que o modelo do veículo autuado possui placas frontais e laterais de LED onde é exposto o itinerário, em que pese a argumentação ser relevante, não há nenhuma prova produzida nos autos nesse sentido, razão pela qual não há como este Conselho de Contribuintes atestar a veracidade das alegações.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Presidente em exercício Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71492, ratificando a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5. Dauto Barbosa Castro Passare; e 6. Roberto Carloni de Assis.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emilio Magalhães

Cuiabá, 21 de Maio de 2.019

Helenise A. Lara de Souza Ferreira

Presidente em Exercício
Conselho de Recursos Fiscais

Vitor de Oliveira Tavares

Conselheiro Relator

Paulo Emílio Magalhães
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 21 de Maio do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 080/2019
Conselheiro Relator: **Vitor de Oliveira Tavares**
Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá- SEMOB
Recurso Voluntário nº: 067.495/2018-1 de 26/06/2018
Auto de Infração – Multa nº 70140/2018 – SEMOB - Valor: R\$ 1.000,00

EMENTA

CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. MULTA EM VIRTUDE DE DESCUMPRIMENTO DO DEVER IMPOSTO PELO DECRETO 5.766/2013. AUSÊNCIA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO. Sendo constatada que a concessionária colocou em operação ônibus sem extintor de incêndio é correta a autuação fundamentada no Decreto 5.766/2013 anexo 01, Grupo 03, código de infração “d”, que prevê multa de R\$ 1.000,00 por operar ônibus que não apresente condições de segurança, razão pela qual essa legislação deve prevalecer sobre a multa prevista pelo anexo 01, Grupo 03, código de Infração “d”, do mesmo Decreto 5.766/2013. Com relação ao argumento de que todos os ônibus são vistoriados periodicamente razão pela qual alega que o extintor de incêndio apresentou problemas durante ao trabalho, não há qualquer prova nesse sentido nos autos motivo pelo qual deve prevalecer a presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Presidente em exercício Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 70140, ratificando a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5. Dauto Barbosa Castro Passare; e 6. Roberto Carloni de Assis.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emílio Magalhães

Cuiabá, 21 de Maio de 2.019

Helenise A. Lara de Souza Ferreira
Presidente em Exercício
Conselho de Recursos Fiscais

Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator

Paulo Emílio Magalhães
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

*PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019*

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 21 de Maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 081/2019

Conselheiro Relator: **Vitor de Oliveira Tavares**

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá- SEMOB

Recurso Voluntário nº: 117.520/2018-1 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 71482/2018 – SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. MULTA EM VIRTUDE DE DESCUMPRIMENTO DO DEVER IMPOSTO PELA LEI MUNICIPAL Nº 4406/2003. AUSÊNCIA DE PLACA LATERAL COM OS NOMES DAS PRINCIPAIS VIAS (LOGRADOUROS) DO INTINERRIO. PREVALÊNCIA DA LEI ESPECIAL SOBRE A NORMA GERAL. AUSÊNCIA DSE PROVAS DE QUE O VEÍCULO AUTUADO POSSUI PLACA DE INTINERÁRIO EM LED.

Sendo constatada a ausência de placa lateral de itinerário é correta a aplicação da penalidade prevista pelo art. 3º da Lei 4.406/2003, na medida a Lei é específica para tipificar a penalidade decorrente de tal omissão, razão pela qual as multas prevalecem sobre as penalidades previstas pela Lei Municipal nº 5.766/2013.

No que concerne na alegação de que o modelo do veículo autuado possui placas frontais e laterais de LED onde é exposto o itinerário, em que pese a argumentação ser relevante, não há nenhuma prova produzida nos autos nesse sentido, razão pela qual não há como este Conselho de Contribuintes atestar a veracidade das alagações.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Presidente em exercício Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71482, ratificando a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5. Dauto Barbosa Castro Passare; e 6. Roberto Carloni de Assis.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emilio Magalhães

Cuiabá, 21 de Maio de 2.019

Helenise A. Lara de Souza Ferreira

Vitor de Oliveira Tavares

Presidente em Exercício
Conselho de Recursos Fiscais

Conselheiro Relator

Paulo Emílio Magalhães
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 28 de Maio do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 082/2019

Conselheiro Relator: **Divalmo Pereira Mendonça**

Recorrente: Aroeira Construções e Incorporações e Venda Ltda

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Recurso De Ofício nº: 052.214/2018-1 de 15/05/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 1572/2018 – SMF - Valor: R\$ 31.137,99

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN. NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO – NAI Nº 1572/2018. LAVRATURA DA NAI EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NACIONAL E LOCAL VIGENTE. (ART.142-CTN,ARTS.95 E 97-CTM). MULTA. CARÁTER NÃO CONFISCATÓRIO. PRINCÍPIO DE AUTOTUTELA. RECURSO PROVIDO. NAI INSUBSISTENTE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela insubsistência da NAI nº 1572/2018, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1.Helenise A. Lara de Souza Ferreira; 2. Roberto Carloni de Assis; 3. Dauto Barbosa Castro Passare; 4. Samuel Barrem da Silva; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros; 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 28 de Maio de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Divalmo Pereira Mendonça
Conselheiro Relator

Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 29 de Maio do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 083/2019
Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*
Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB
Recurso Voluntário Processo nº: 096.591/2018-1 de 12/09/2018
Auto de Infração de Transporte nº 71527 - SEMOB - Valor: R\$ 1.000,00

EMENTA

DIRETO ADMINISTRATIVA MULTA TRANSPORTE COLETIVO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.766/2013 ARTIGO 2º, ANEXO I GRUPO VIII "A". RECURSO AO EGREGIO CONSELHO PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – VEICULO SEM A DEVIDA MANUTENÇÃO - MANTIDO PELA 1ª INSTANCIA – E PELA SUBSISTENCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 71527.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator pela **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Reginaldo Conceição Amorim; 3. Onofre Russo Filho; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior e 5. João Tito S Cademartori

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 29 de Maio de 2.019

João Tito S Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 29 de Maio do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 084/2019
Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*
Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB
Recurso Voluntário Processo nº: 096.600/2018-1 de 12/09/2018
Auto de Infração de Transporte nº 71767 - SEMOB - Valor: R\$ 1.000,00

EMENTA

DIRETO ADMINISTRATIVA MULTA TRANSPORTE COLETIVO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.766/2013 ARTIGO 2º, ANEXO I GRUPO VIII "A". RECURSO AO EGREGIO CONSELHO PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – VEICULO SEM A DEVIDA MANUTENÇÃO - MANTIDO PELA 1ª INSTANCIA – E PELA SUBSISTENCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 71767.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator pela **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Reginaldo Conceição Amorim; 3. Onofre Russo Filho; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior e 5. João Tito S Cademartori

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 29 de Maio de 2.019

João Tito S Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 29 de Maio do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 085/2019
Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*
Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB
Recurso Voluntário Processo nº: 096.599/2018-1 de 12/09/2018
Auto de Infração de Transporte nº 71765 - SEMOB - Valor: R\$ 1.000,00

EMENTA

DIRETO ADMINISTRATIVA MULTA TRANSPORTE COLETIVO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.766/2013 ARTIGO 2º, ANEXO I GRUPO VIII "A". RECURSO AO EGREGIO CONSELHO PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – VEICULO SEM A DEVIDA MANUTENÇÃO - MANTIDO PELA 1ª INSTANCIA – E PELA SUBSISTENCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 71765.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator pela **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Reginaldo Conceição Amorim; 3. Onofre Russo Filho; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior e 5. João Tito S Cademartori.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 29 de Maio de 2.019

João Tito S Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MAIO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 29 de Maio do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 086/2019
Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*
Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB
Recurso Voluntário Processo nº: 096.601/2018-1 de 12/09/2018
Auto de Infração de Transporte nº 71759 - SEMOB - Valor: R\$ 1.000,00

EMENTA

DIRETO ADMINISTRATIVA MULTA TRANSPORTE COLETIVO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.766/2013 ARTIGO 2º, ANEXO I GRUPO VIII "A". RECURSO AO EGREGIO CONSELHO PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – VEICULO SEM A DEVIDA MANUTENÇÃO - MANTIDO PELA 1ª INSTANCIA – E PELA SUBSISTENCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 71759.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator pela **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Reginaldo Conceição Amorim; 3. Onofre Russo Filho; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior e 5. João Tito S Cademartori

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 29 de Maio de 2.019

João Tito S Cademartori Neto
Presidente da Turma
Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá